

## **Notas iniciais sobre a construção da experiência escolar nas classes populares brasileiras**

**André Luis Silva** (FGV/EAESP) - andre.fgvsp@gmail.com

### **Resumo:**

*Este artigo, de caráter bibliográfico, tem por objetivo apresentar notas teóricas preliminares que proponham o tema da construção da experiência escolar nas classes populares, enquanto fenômeno de interesse dos Estudos Organizacionais, para se pensar o Brasil contemporâneo. O trabalho se origina de um projeto - ainda em execução - que visa investigar, pela via empírico-qualitativa, a construção da experiência escolar de jovens brasileiros oriundos das classes populares no Brasil. A pesquisa investiga as diferentes fases do desenvolvimento pedagógico de jovens entre 15 e 24 anos de idade que, por sua vez, estão em busca da primeira colocação formal no mercado de trabalho. Tal pesquisa se origina de duas suposições centrais: (i) a construção da experiência escolar é uma via consistente para se apreender as dinâmicas do sistema educacional brasileiro em processos de mobilidade social nas classes populares; e, (ii) o debate empírico sobre a construção da experiência escolar, oportuniza a identificação dos principais atores sociais envolvidos na dinâmica escolar e o seu impacto na inserção de jovens no mercado formal de trabalho. Como resultado, defendemos que a experiência escolar é um espelho para se problematizar questões da sociedade brasileira, sendo este um tema de interesse para a área de Estudos Organizacionais.*

**Palavras-chave:** *educação, mobilidade social, Estudos Organizacionais, Brasil contemporâneo.*

**Área temática:** *GT-04 Sobre Desigualdades e Interseccionalidades: Discutindo Raça, Gênero, Sexualidade e Classe Social nos Estudos Organizacionais*

## Notas iniciais sobre a construção da experiência escolar nas classes populares brasileiras

### Resumo:

Este artigo, de caráter bibliográfico, tem por objetivo apresentar notas teóricas preliminares que proponham o tema da construção da experiência escolar nas classes populares, enquanto fenômeno de interesse dos Estudos Organizacionais, para se pensar o Brasil contemporâneo. O trabalho se origina de um projeto – ainda em execução – que visa investigar, pela via empírico-qualitativa, a construção da experiência escolar de jovens brasileiros oriundos das classes populares no Brasil. A pesquisa investiga as diferentes fases do desenvolvimento pedagógico de jovens entre 15 e 24 anos de idade que, por sua vez, estão em busca da primeira colocação formal no mercado de trabalho. Tal pesquisa se origina de duas suposições centrais: (i) a construção da experiência escolar é uma via consistente para se apreender as dinâmicas do sistema educacional brasileiro em processos de mobilidade social nas classes populares; e, (ii) o debate empírico sobre a construção da experiência escolar, oportuniza a identificação dos principais atores sociais envolvidos na dinâmica escolar e o seu impacto na inserção de jovens no mercado formal de trabalho. Como resultado, defendemos que a experiência escolar é um espelho para se problematizar questões da sociedade brasileira, sendo este um tema de interesse para a área de Estudos Organizacionais.

**Palavras-chave:** educação, mobilidade social, Estudos Organizacionais, Brasil contemporâneo.

### 1 Introdução

Este artigo, de caráter bibliográfico, tem por objetivo apresentar notas teóricas preliminares que proponham o tema da construção da experiência escolar nas classes populares, enquanto fenômeno de interesse dos Estudos Organizacionais, para se pensar o Brasil contemporâneo. Tal discussão emerge do projeto – ainda em execução – que visa responder a seguinte pergunta de pesquisa: quais elementos caracterizam a construção da experiência escolar nas classes populares, enquanto fenômeno que impacta a transição de jovens para o mercado formal de trabalho? Essa questão provém do interesse em se investigar o inusitado quadro das mudanças socioeconômicas e de políticas de acesso ao ensino ocorridas no Brasil (IPEA, 2014; OIT, 2015), ao longo dos últimos doze anos, e os seus impactos objetivos nas trajetórias de jovens oriundos das classes populares brasileiras.

De início, sabemos que mesmo diante da implementação de políticas públicas de incentivo ao acesso a educação no Brasil, ainda são constatados fatos como: (i) a média de anos de estudo na população com 15 anos de idade ou mais é de 7,5 anos de estudos (IPEA, 2014), ficando abaixo do mínimo de oito anos previsto na Constituição Federal; (ii) os jovens constituem um dos grupos sociais mais afetados pelo fenômeno do desemprego (CEPAL/OIT, 2013); (iii) geralmente, os jovens se defrontam com postos de trabalho precarizados com baixa remuneração (Gonzalez, 2009; Reis, 2014); e, (iv) em face dos baixos níveis de educação formal, experiência e prática profissional, os jovens tendem a passar maiores períodos sem emprego (Corseuil et al., 2015), o que impacta no período de dependência financeira desses jovens junto as suas famílias de origem (Guimarães, 2009).

Por outro lado, as mudanças sócio-econômicas ocorridas nos últimos doze anos no Brasil, oportuniza-nos investigar os efeitos independentes das políticas públicas de acesso ao ensino aos jovens oriundos das classes populares (IPEA, 2014; Meneses-Filho & Kirschbaum, 2015). Ou seja, podemos investigar os desdobramentos da construção da experiência escolar

no Brasil e os seus impactos na realização econômica e de mobilidade social de jovens oriundos das camadas menos favorecidas. Para tanto, entendemos que a construção da experiência escolar se posiciona dentro da dinâmica do próprio mercado de trabalho (Guimarães, 2009), no que se refere a sua articulação no processo de transição escola-trabalho (Tarture, 2007). Por essa razão, a questão da construção da experiência escolar e seus impactos nas vidas das pessoas é algo caro ao debate sobre as dinâmicas de transição escola-trabalho, dentro do mercado de trabalho brasileiro (Tarture, 2007; Alves-de-Brito, 2014).

Como sabemos, diante do acelerado desenvolvimento econômico ocorrido no Brasil, ao longo da primeira década do século XXI, houve a intensificação das políticas públicas de incentivo ao acesso a educação e a redução da desigualdade de renda no país (Corseuil *et al.*, 2015). Além disso, a recente alteração nos níveis de desigualdade de renda no Brasil, indica o mercado de trabalho e a educação como vetores de compreensão da realidade social brasileira (Comin, 2015). Mesmo assim, ainda são escassos os estudos que investigam os desdobramentos dos processos de transição escola-trabalho vividos pelos os trabalhadores no atual mercado de trabalho brasileiro (Valle Silva & Souza, 1986; Tarture, 2007; Ribeiro, 2011; Alves-de-Brito, 2014; alguns exemplos). Por outro lado, a realização de investigações sobre o crescimento econômico brasileiro, ocorrido ao longo da primeira década dos anos 2000, tem prevalecido. Nesse tipo de estudo o critério econômico de renda e o poder de consumo oferecido à população são tratados como os temas centrais para se compreender o Brasil contemporâneo (Neri, 2006; 2011).

Mas na medida em que o olhar meramente econômico se sobrepõe para o entendimento da realidade social brasileira, os entendimentos sobre as mudanças sociais mais amplas ocorridas no Brasil passam a estarem pautados exclusivamente pela via do discurso economicista<sup>1</sup> (Souza, 2014). Com isso, são minimizadas as importâncias dos problemas sociais brasileiros e suprimido, por exemplo, a relevância de se debater o impacto da construção da experiência escolar no Brasil nas trajetórias da população oriunda das classes populares. Por mais que o crescimento da economia seja uma condição necessária para a redução da desigualdade brasileira, esse crescimento não é uma condição suficiente (Comin, 2015). Isto porque a prevalência do olhar economicista para se interpretar o Brasil contemporâneo pouco tem esclarecido os dilemas e as contradições da sociedade brasileira, na medida em que uso equivocado do olhar econômico fez com as noções de classe e mobilidade social se tornassem algo muito fluído no discurso político em voga no país (Souza, 2012; 2014).

De modo geral, seguimos negligenciando que as melhoras em termos de renda e de poder de consumo a população, não conferem, por si só, uma imediata mobilidade social ascendente aos indivíduos que vivem cotidianamente nas camadas mais populares (Bourdieu, 1979; Lahire, 1997; Quadros, 2008; Abílio, 2011; Souza, 2012; Quadros et al., 2013; Kerstenetzky & Uchôa, 2013; para citar alguns). Na verdade, pouco olhamos para como ocorrem os processos de mobilidade social dos jovens brasileiros oriundos das classes populares - pela ótica da construção da experiência escolar - vez que o discurso econômico de que a desigualdade de renda foi amenizada no Brasil – até meados dos anos de 2014 - preservou-se sem pontos suficientes de críticas ou contraposição no cenário brasileiro.

A fim de fomentar uma discussão que traga uma perspectiva desnaturalizada sobre o Brasil contemporâneo, dentro da área de Estudos Organizacionais – área esta que se originou da preocupação em trazer uma perspectiva questionadora sobre os fenômenos da sociedade

---

<sup>1</sup> Entende-se por “economicismo” a crença explícita ou implícita, de que a variável econômica por si só esclarece toda a realidade social vivenciada no contexto brasileiro (Souza, 2014).

contemporânea – este artigo teórico apresenta notas teóricas preliminares que sinalizam o tema da construção da experiência escolar as classes populares, enquanto um tema pertinente para se pensar a realizada social brasileira e que carece, portanto, de uma agenda própria de pesquisa dentro da área de Estudos Organizacionais. Ao nos debruçarmos sobre essa questão, esperamos poder transformar os termos em que esse debate atualmente se coloca, de modo a esclarecer porque em um país de profundas desigualdades sociais como o Brasil (Bresser-Pereira, 1962; Souza, 2009; 2011; 2012), a investigação da construção da experiência escolar no Brasil se mostra como uma via consistente para se apreender as dinâmicas do sistema educacional brasileiro em processos de mobilidade social nas classes populares, oportunizando a identificação dos principais atores sociais envolvidos na dinâmica escolar e o seu impacto na inserção da população jovem no mercado de trabalho formal.

As razões que nos levam ao desenvolvimento deste artigo preliminar – já que o projeto de pesquisa, do que esse texto origina, ainda está em execução - surgem de motivos variados e devemos esclarecer, portanto, quais são eles. Sendo assim, além desta introdução, o trabalho segue estruturado em mais três seções, as quais serão iniciadas, a seguir, com a apresentação do quadro teórico preliminar que orienta o desenvolvimento desta pesquisa.

## **2 Quadro teórico de referência: argumentos preliminares**

Este artigo faz uso de uma base teórica interdisciplinar ao se beneficiar, principalmente, das contribuições das áreas da Sociologia da educação, econômica e do trabalho. A seguir, discutiremos brevemente os assuntos gerais que consideramos pertinentes para abordar o tema da construção da experiência escolar nas classes populares, dentro da área de Estudos Organizacionais.

### **2.1 Contexto sócio-histórico da pesquisa**

De longa data, o Brasil tem vivenciado grandes processos de mudança em sua esfera econômica, social, política, cultural e institucional (Sorj & Almeida, 1983; Bacha & Schwartzman, 2011; Souza, 2011; Neri, 2011). Em meados dos anos de 1950 - período em que a maior parte da demográfica brasileira ainda se constituía de uma população atuante no meio rural - o governo brasileiro instituiu um plano desenvolvimentista alicerçado no processo de industrialização do país. Em pouco tempo, essa estratégia desembocou na forte presença de empresas multinacionais, atuantes em diferentes setores, em território nacional.

Diante de uma atraente e volumosa oferta de empregos que começou a surgir nas grandes cidades, o mercado de trabalho brasileiro vivenciou uma mudança de comportamento até então sem precedentes: amplos contingentes da população rural brasileira migraram para as grandes cidades em busca de trabalho. A decisiva alteração do perfil demográfico do país acabou por acelerar o processo de urbanização das metrópoles brasileiras. Sem muita surpresa, esse processo, iniciado em meados dos anos de 1950, constituiu a raiz da favelização e da violência urbana que presenciamos nos dias de hoje em nosso cotidiano (Rocha, 2003; Souza, 2011).

Entretanto, a perspectiva de uma vida próspera em um Brasil sob intenso processo de desenvolvimento não se mostrou completamente factível. Entre o período de 1960 e 1995, o país vivenciou uma realidade econômica pouco animadora que se mostrou praticamente inercial (Neri & Considera, 1996). Nesse período, o país foi conhecido como o detentor do maior índice de inflação do mundo. Conter a inflação passou a ser uma prioridade do país a partir de meados dos anos de 1980. Dentre as alternativas utilizadas, foram implementados sucessivos pacotes macroeconômicos e três planos econômicos, a saber: o Plano Cruzado

implementado em 1986; quatro anos mais tarde, em 1990, entrou em vigor o Plano Collor; por fim, em 1994, teve início o Plano Real, o qual, dentre todas as tentativas anteriores, foi o único a obter êxito no controle da inflação (Neri, 2006).

O Plano Real começou a ganhar forma no governo Itamar Franco. Contudo, só ganhou robustez ao ser mantido e aprofundado no governo FHC por meio de alternativas como controle fiscal e programas de privatização, sendo sob esses últimos, pelos quais este governo foi acusado de práticas corruptas (Ribeiro Neto, 2011). O fato é que o Plano Real conseguiu realizar um melhor controle da inflação no Brasil trazendo estabilidade à renda aos brasileiros. Com isso, esse plano também conseguiu produzir melhorias nos indicadores sociais baseados em renda per capita, dentre os quais estão os de desigualdade econômica, pobreza e bem-estar social (Neri & Considera, 1996; Barros et al., 2000; Rocha, 2003). Uma vez controlada a questão da inflação, a partir de 1995, a principal fonte de potenciais impactos e instabilidades econômicas no país, surgiria de crises financeiras externas (Neri, 2006).

O fraco desempenho da economia brasileira na década de 1980, já se mostrava como resquício de crises internacionais ocorridas no período. Em meio às tentativas de retomar o rumo desenvolvimentista, o Brasil passou pela experimentação de sucessivas alternativas econômicas, as quais em sua totalidade se mostraram fracassadas. Se por um lado, em meados de 1950, o país presenciou amplos contingentes da população rural brasileira migrando para as grandes cidades em busca de trabalho, diante da crise econômica da nomeada década perdida, o Brasil viu-se perante a uma emigração massiva dos trabalhadores brasileiros (Caldeira, 2009) rumo a países que lhes apresentassem condições mais prósperas de trabalho e para a vida em sociedade.

É razoável crer que o governo Collor, iniciado em 1990, acabou estimulando ainda mais o processo emigratório dos trabalhadores brasileiros. O estímulo a esse comportamento não se originou de uma declarada medida política, mas foi reflexo do fracasso institucional das medidas tomadas por esse governo. Com o objetivo do controle imediato da inflação, o presidente Collor lançou mão de um choque econômico brutal que, dentre outras medidas, congelou a poupança da população brasileira. Esta medida provocou um trauma sem precedentes no país, de modo que houve a quebra de quaisquer resquícios de confiança da população no governo em questão.

A partir de 2003, o governo Lula conseguiu expandir os programas sociais, alçar a economia do país a novos ares e, quitar a dívida externa brasileira com o Fundo Monetário Internacional (FMI), dívida essa que assombrou o país por décadas. Mesmo enfrentando acusações de corrupção em financiamentos de campanha, o governo Lula chegou em 2010, apresentando um quadro de prosperidade econômica e otimismo sobre as mudanças ocorridas no país. Desse cenário, o governo Dilma, iniciado em 2011, passou a imprimir um ritmo mais técnico que político ao governo (Neri, 2011; Bacha & Schwartzman, 2011), dando sequência, em boa medida, as principais linhas do governo anterior. A primeira mulher presidente do Brasil contou ainda com bons índices de popularidade e aprovação dos brasileiros no início de seu mandato. Isso refletiu em sua reeleição para o cargo nas eleições de outubro de 2014.

Até meados de 2010, o Brasil viveu uma fase de consolidação de sua economia (Neri, 2011) e de reconhecimento externo como um dos países emergentes mais promissores da econômica mundial. Por mais que essa situação possa ofuscar questões internas e minimizar a importância dos problemas sociais brasileiros (Souza, 2011), há de se reconhecer que essa posição de destaque não foi um mero episódio do acaso. Durante décadas o país procurou alternativas para as suas intensas crises financeiras e, com isso, a população brasileira amargou a vivência de grandes sacrifícios. Mas, ao que parece, a primeira década do século XXI, sugeriu que a vida dos brasileiros se tornou melhor que no passado. Contudo,

desde o final de 2014, o cenário econômico e político brasileiro passam por instabilidades, sendo as sinalizações de melhora desse processo algo pouco animador em um futuro próximo. Para que possamos apresentar maiores detalhes sobre a atual configuração do cenário brasileiro, a seguir, discorreremos sobre algumas das recentes mudanças ocorridas no Brasil.

## **2.2 O discurso sobre as recentes mudanças ocorridas no Brasil**

A sensação, obtida até meados de 2014, de que a vida no Brasil estava melhor do que já foi passado, foi reforçada, principalmente, pelo o discurso político e econômico de que a combinação entre: o aumento dos rendimentos em termos de salários; a expansão de acesso às linhas de crédito aos segmentos mais populares; o crescimento consistente dos postos formais de emprego; as políticas de acesso ao ensino superior; e a contínua ascensão do mercado consumidor; constituiu a existência de país formado por uma “nova classe média” (Neri, 2011; Barros et al., 2011; Lamounier & Souza, 2012). No caso, a “nova classe média” de que falam se refere aos trabalhadores brasileiros com renda familiar per capita entre R\$291,00 e R\$1.019,00 reais mensais, sendo esse o critério econômico desenvolvido pela Secretária de Assuntos Estratégicos do atual governo brasileiro (SAE, 2013).

Evidentemente a “nova classe média” brasileira é uma referência a um tipo de classe econômica emergente (Abílio, 2011; Souza, 2013). No entanto, há de se observar que a reprodução do discurso econômico sobre a “nova classe média” brasileiro contribuiu para que a noção de classe social no Brasil se tornasse algo muito fluído no discurso econômico e político brasileiro. De um lado, o novo e equivocado discurso sobre a existência da “nova classe média” tenta se blindar de críticas ao apontar que a “classe média” de que fala se refere apenas ao grupo de indivíduos que possuem a renda média da sociedade sendo, portanto, uma referência a “classe média no sentido estatístico” (Neri, 2011, p. 83). Por outro, esse mesmo discurso traz em seu bojo a ideia de que milhões de brasileiros estão passando, ano após ano, a viver sobre o designo e com os privilégios típicos do segmento social da classe média tradicional. O fato é que a ideia de uma “nova classe média” não se isentou de conferir um caráter de classe às recentes mudanças econômicas ocorridas no Brasil.

A ambivalência incutida no atual discurso brasileiro negligencia que as melhoras em termos de renda e de acesso ao consumo à população de baixa renda não conferem, per si, uma imediata mobilidade social ascendente aos indivíduos que vivem cotidianamente nas camadas mais populares (Bourdieu, 1979; Lahire, 1997; Quadros, 2008; Abílio, 2011; Souza, 2012; Quadros et al., 2013; Kerstenetzky & Uchôa, 2013; para citar alguns). Lembremos que os indivíduos da chamada “nova classe média” brasileira provêm dos segmentos sociais mais pobres e, em sua maioria, iniciaram precocemente as suas vidas profissionais em postos de trabalho precarizados e de baixa remuneração (Abílio, 2011; Souza, 2013).

O fato é que o debate sobre as recentes mudanças ocorridas no Brasil se aglutinou sob o ditame do olhar econômico. Entre as varias implicações de uma situação como essa estamos, sobretudo, perdendo a possibilidade de enfrentar esse debate de frente e, assim, transformar os termos em que ele é atualmente colocado. Isso requer ampliar as discussões sobre as recentes mudanças ocorridas no Brasil levando em consideração, para além das mudanças econômicas, os fatores sociais, políticos e culturais que estão aliados a uma condição de vida menos vulnerável aos indivíduos das classes mais populares. Exemplos nessa direção não faltam nas áreas da sociologia crítica e econômica, as quais, de longa data, investigam as influências dos fatores sociais, educacionais e culturais na constituição dos próprios fenômenos econômicos e da vida em sociedade (Bourdieu, 1979; Lahire, 1997; Souza, 2006; 2012; 2013).

A importância dos fatores sociais, educacionais e culturais no combate a desigualdade ganhou força por meio da chamada “Nova Sociologia Econômica”, nomeadamente liderada pelas obras de Pierre Bourdieu. Foi a partir das obras desse sociólogo francês (1979; 1996; 2001; para citar algumas), que surgiu uma perspectiva sociológica crítica mais contundente acerca dos fenômenos econômicos, a qual enfocou a investigação das influências das relações sociais sobre a economia. A contundência de seus estudos se sustentou por meio de conceitos centrais como o de campo e *habitus*, o qual nos ajudou a interpretar de que maneira o mercado é o produto de uma construção social que se perpetua ao longo do tempo (Bourdieu, 1979; 1996; 2001; Lahire, 1997).

De certo a ascensão econômica brasileira foi central para que existisse a sensação de uma melhora nas condições de vida da população. Mas aliada a esse crescimento econômico, não podemos deixar de ressaltar a importante implementação das políticas públicas de acesso à educação ocorrida no Brasil. Com a expansão das políticas de acesso ao ensino superior, implementadas no Governo Lula (2003-2010), passou a ser combatida as disparidades educacionais históricas do país, sendo possível amenizar as desigualdades sociais que, de longa data, caracterizam o Brasil pelo mundo (Souza, 2009; 2011; 2012). Mas isso não requer entender que o Brasil tenha deixado de ser um país desigual (Comin, 2015), no que se inclui, a questão educacional (Meneses-Filho & Kirschbaum, 2015). A fim de abordarmos maiores especificidades em torno desse debate, a seguir, discorreremos sobre a temática da desigualdade e educação em contexto brasileiro.

### **2.3 Desigualdade, educação e contexto brasileiro**

O atual cenário econômico brasileiro parece não instaurar na população a sensação de maior tranquilidade sobre o futuro do Brasil. Os medos da falta de emprego, da violência urbana e, em último caso, da própria fome, pairaram em meio aos trabalhadores de nosso país. Não que esses medos estejam sendo concretizados na vida cotidiana de todos os brasileiros. Mas é possível notar a existência do medo do retorno da inflação, do abuso das taxas tributárias excessivas, e da perpetuação da ausência de um projeto de país realmente alinhado a suprir todas as demandas sociais da população por serviços públicos de qualidade. As “jornadas de junho de 2013”, composta por milhares de manifestantes e suas reivindicações nas ruas do país, simbolizaram bem a insatisfação generalizada que se instalou no Brasil da última década (Freitas & Dantas, 2014).

De certo, as “jornadas de junho de 2013” expressaram, muito mais, os anseios sociais da população que não foram atendidos pelo governo brasileiro, do que necessariamente o medo econômico de se reviver a ameaça de um choque inflacionário tal como o instaurado pelo governo Collor. Se o desejo por serviços públicos de qualidade em saúde, educação, moradia, transporte, e segurança, assumiu maior dimensão com os protestos de junho de 2013, até meados do ano de 2014, pareceu existir a sensação de que o Brasil vivia uma fase de consolidação de sua economia (Neri, 2011).

Há de se reconhecer que a atual 7ª posição do Brasil na economia mundial não foi um mero episódio do acaso. Durante décadas o país procurou alternativas para as suas intensas crises financeiras. Agora, mesmo diante das baixas previsões de crescimento econômico em relação ao PIB brasileiro; a eminente ameaça da elevação das taxas de inflação; e uma histórica tradição de deficiências sociais dos serviços públicos oferecidos à população pelos governos brasileiros; o atual cenário brasileiro sugere que a vida no país ainda está longe do que a população espera para si.

Não podemos negar, contudo, que o Brasil é um país de contrastes. Ao mesmo tempo em que chegou a assumir, em 2011, a 6ª posição econômica mundial passando a frente do

Reino Unido (CERB, 2013), dois anos depois, ainda era evidenciado com a 85ª colocação no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os 187 países que compõem esse ranking (PNUD, 2013). Enquanto, em 2013, o Brasil apresentou uma taxa de 27,4 homicídios por 100 mil habitantes, o que coloca o país na sétima pior marca entre as 95 nações com estatísticas consideradas confiáveis pela Organização Mundial da Saúde (OMS), países como o Japão, Marrocos, Inglaterra e País de Gales apresentaram juntos um índice de violência urbana 137 vezes menor que o evidenciado no Brasil (Waiselfisz, 2013). Mas enquanto os dados sobre a violência urbana assustam a população brasileira, outros índices nos mostram ares de esperança ao considerarmos, por exemplo, o fato da taxa de desemprego no Brasil, no ano de 2014, ter sido de apenas 4,8% (IBGE, 2015), como mencionamos anteriormente. Vale lembrar que durante o mesmo ano de 2014, a Grécia sofria com uma taxa recorde de desemprego de 28% de sua população economicamente ativa (ELSTAT, 2014), o que representou o contingente de 1.38 milhões de europeus sem emprego naquele país.

No comparativo, ora alguns aspectos tornam o Brasil um contexto prospectivo ora evidenciam ser este um país que oferece circunstâncias impensáveis para a vida cotidiana. Lembremos que a reeleição de Dilma se pautou sob um discurso de continuidade sobre medidas como: o aumento real dos salários; do número de postos formais de emprego; do mercado de consumo; e, principalmente, dos auxílios de transferência de renda às camadas mais pobres do Brasil. Em muito esse discurso de continuidade se coaduna com o tipo de governo que praticado pelo PT, no âmbito federal. Ao longo de todo esse tempo, o governo petista procurou ressaltar que o Brasil, sob o seu comando, melhorou profundamente, seja em seus índices de miséria, educacionais ou de desigualdade social (Neri, 2011). No entanto, embora o governo Dilma tenha conseguido manter a melhora nos níveis de renda aos brasileiros mais pobres, tal como já havia sido notado ao longo do governo Lula (2003-2010), ainda não foi possível solucionar os níveis miseráveis de acesso ao emprego e a educação de qualidade para essa faixa da população no Brasil (Folha, 2013). Tal constatação foi realizada com base no Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), criado pelo próprio governo federal.

O IDF se vale de um conjunto variado de dimensões para conseguir mensurar uma média sobre os níveis de condições sociais da população brasileira. Para auferir tal média, as dimensões utilizadas pelo o IDF são: vulnerabilidade da família; disponibilidade de recursos (renda); desenvolvimento infantil; condições habitacionais; acesso ao trabalho; e acesso ao conhecimento. Cada dimensão utilizada para auferir a média do IDF pode variar entre uma pontuação de 0 a 1. Quanto mais próximo de zero for à média obtida, piores são os níveis de condição social da população e vice e versa.

O IDF geral obtido pelo Brasil, no ano de 2012, foi de 0,61. Esta média indica o valor percentual de acesso - dos indivíduos mais pobres - aos direitos fundamentais de cidadania. Neste caso, o resultado do IDF indica que a população pobre brasileira possui 61% de seus direitos fundamentais assegurados. Mas essa mesma população está privada de 39% de seus direitos (Folha, 2013). A ampliação dos auxílios financeiros, realizada no governo Dilma, às camadas mais pobres, de certo contribuiu para a melhora dos índices de miséria que assolavam as estatísticas brasileiras. No entanto, a aparente melhora nos índices de miséria no Brasil, não surtiu efeitos na garantia de acesso ao conhecimento (IDF 0,38) e ao trabalho (IDF 0,29) à população economicamente desfavorecida de nosso país. Se a renda dos brasileiros mais pobres cresce, mas a miséria social persiste, possivelmente a falta de acessibilidade à aquisição de conhecimento formal tem implicado, uma vez mais, na condição de desemprego dos trabalhadores mais pobres residentes no contexto brasileiro. Historicamente a desigualdade educacional é um dos principais problemas que potencializam a reprodução das

desigualdades sociais enfrentadas em um país como o Brasil (Castro, 2009; Meneses-Filho & Kirschbaum, 2015).

Sejam quais forem os motivos, há de se reconhecer que o retrato do “Brasil contemporâneo” fortalece o entendimento de que, para além da renda, as condições sociais, econômicas e educacionais experimentadas no cotidiano da população brasileira mais pobre, exercem sobre ela impactos objetivos no que se referem às desigualdades que essa camada da população irá enfrentar ao longo de sua trajetória de vida (Hasenbalg & Valle Silva, 2003; Vilela & Collares, 2009). Para abordarmos maiores detalhes sobre quais são algumas das naturezas desses impactos nas trajetórias da população das classes populares brasileiras, a seguir, enfocamos na discussão sobre a temática da juventude e os processos de transição escola-trabalho no Brasil.

#### **2.4 Juventude e processos de transição escola-trabalho**

A qualificação educacional constitui um dos principais mecanismos de superação das desigualdades sociais dentro da sociedade capitalista (Erickson et al., 1979; Breen, 2005; Alves-de-Brito, 2014). E, na sociedade brasileira, esse entendimento se fortaleceu com a intensificação das reestruturações produtivas ocorrida em meados dos anos de 1990 (Tarture, 2007). Foi a partir desse momento que os trabalhadores brasileiros se viram diante da necessidade de se aperfeiçoarem profissional e educacionalmente. Isso porque, nesse período, a composição do mercado global se alterou provocando uma abrupta redução da oferta de empregos formais nas grandes organizações (Harvey, 1992; Kalleberg, 2009; Green et al., 2010; Muse, 2011). E no Brasil não foi diferente, vez que as reestruturações produtivas causaram um severo período de demissões e enxugamento de pessoal dos quadros formais das empresas atuantes no Brasil (Caldas, 2000). Os trabalhadores brasileiros tiveram, portanto, de demonstrar a sua capacidade de adaptação às novas demandas do mercado para que, assim, pudessem sobreviver na própria carreira.

Na medida em que os trabalhadores brasileiros precisaram lançar mão de uma nova postura prática para sobrevivência no mercado de trabalho, se fortaleceu no Brasil um contexto de crescente demanda por formação e qualificação educacional (Ribeiro, 2011). Mas não demorou para que até mesmo os trabalhadores com educação superior passassem a enfrentar dificuldades de empregabilidade, diante da decrescente absorção pelo o mercado de profissionais com melhores qualificações (Tartuce, 2007). Mesmo assim, a busca pela educação superior continuou aquecida no Brasil, possivelmente porque os trabalhadores brasileiros compreendem que embora a educação superior não seja uma condição suficiente para a conquista de uma melhor oportunidade de emprego, ela é uma condição necessária para se fazer essa tentativa (Cara, 2014).

Quando o foco recai sobre o grupo dos jovens oriundos das camadas populares, sabe-se que esse grupo social é um dos mais atingidos pela a ameaça do desemprego, taxas de abandono escolar, e pela dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal (Guimarães, 2009). São os jovens das classes populares que geralmente precisam iniciar suas vidas profissionais ainda em fase escolar, de modo que, ao chegarem ao mercado de trabalho com reduzidos níveis educacionais e de experiência formal, surge a eles a eminente ameaça do desemprego (Grimshaw, 2011). Na verdade, a ameaça do desemprego aos jovens de baixa renda é um dilema global (CEPAL/OIT, 2012). Só no ano de 2012, por exemplo, o relatório do “*Global Employment Trends 2013*”, feito pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), alarmou que 74 milhões de jovens entre 15 e 24 anos estavam desempregados, o que corresponde a 12,6% da população jovem sem emprego em todo o mundo (OIT, 2013). Tais informações nos fez enxergar os jovens das classes populares formam um grupo social muito

peculiar para se investigar a construção da experiência escolar e seu impacto nos processos de transição escola-trabalho no Brasil.

Vale lembrar que a democratização dos programas públicos de acesso à educação superior promovidas, a partir de 2003, pelo o governo Lula e que foram sendo sequenciados no governo Dilma, contribuíram muito para o suporte aos indivíduos que buscam aperfeiçoamento educacional no Brasil. A implementação de programas como o Prouni (Programa Universidade para Todos), Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), e as políticas de cotas para acesso ao ensino superior em instituições públicas, fez com que boa parte da população brasileira – nomeadamente os situados nas classes populares – pudessem buscar uma vida melhor por meio do acesso ao ensino superior. De certo, a mobilidade social almejada por esses indivíduos está sustentada no recente crescimento econômico brasileiro. Mas foi a escolarização que parece ter lhes feito cultivarem expectativas reais por uma condição de vida mais confortável e próxima de suas expectativas pessoais (Cara, 2014).

Considerando os breves argumentos apresentados até aqui, parece-nos razoável entender que a experiência escolar é um espelho para problematizar questões da sociedade contemporânea brasileira. Ao relatarmos as características econômicas e sociais recentes, presenciadas no Brasil, e suas interfaces com os fenômenos da desigualdade, formação educação, juventude de baixa renda e processos de transição escola-trabalho, apontamos direções iniciais para se pensar a construção da experiência escolar nas classes populares, como uma agenda pertinente de pesquisa para se pensar o Brasil contemporâneo, dentro da área de Estudos Organizacionais. Os motivos principais que constituem essas direções são articulados nas considerações finais deste artigo, as quais são indicadas a seguir.

#### **4 Considerações finais**

Eis que articulamos como as peculiaridades do crescimento econômico brasileiro, ocorrido ao longo da primeira década dos anos 2000, aliada a implantação de políticas públicas de acesso ao ensino superior, reduziram, mas não eliminaram, uma das marcas mais evidentes do Brasil: os seus elevados níveis de desigualdade social. Por essa razão, buscamos propor uma agenda de pesquisa própria à área de Estudos Organizacionais, sobre o fenômeno da construção da experiência escolar nas classes populares. Isso requer entender que este artigo visa tão somente mostrar a esse campo do saber que a experiência escolar pode ser um espelho para problematizar questões da sociedade contemporânea brasileira.

Entendemos que o fenômeno da construção da experiência escolar de jovens oriundos das classes populares, ao ser debatido dentro da área de Estudos Organizacionais, contribuirá para a minimização de um dos maiores desafios da acadêmica brasileira: produzir conhecimento que tenha haver com a realidade social do país. As instituições de ensino e centros de pesquisa tendem a reproduzir conceitos e modelos importados para interpretar – equivocadamente – os fenômenos sociais ocorridos em nosso cotidiano. Inevitavelmente, a nossa capacidade de avançar no conhecimento sobre o Brasil se esvai, na medida em que ao institucionalizarmos o uso predominante dos modelos estrangeiros para se interpretar o país, ofuscamos as questões internas e minimizamos a importância dos problemas sociais pela população no cotidiano. Frente a isso, o tema em debate neste artigo, está comprometido na produção de conhecimento específico sobre a realidade social brasileira, dentro de uma área de pesquisa que se origina do enfoque desnaturalizado e questionador sobre os fenômenos sociais cotidianos.

As implicações para a prática da pesquisa, nos Estudos Organizacionais, sobre o fenômeno da construção da experiência escolar nas classes populares, podem se estruturar da

realização de pesquisas empíricas de natureza qualitativa. De forma complementar, a coleta de dados empíricos também pode valer de pesquisa documental em bases como IBGE, IPEA, OCDE e OIT, além de artigos científicos e livros acadêmicos, que debatam temas afins ao fenômeno em investigação, tais como: educação & desigualdade; juventude & contexto brasileiro; trabalho & mobilidade social. Desse forma, faz-se possível constituir um *background* teórico-empírico robusto para a interpretação dos dados em uso no desenvolvimento de uma dada investigação sobre o tema.

Ao conhecermos outras características da construção da experiência escolar de jovens oriundos das classes populares, quando de seus processos de transição escola-trabalho, teremos condições para: (i) ter uma compreensão refinada sobre os principais pontos de inflexão da experiência escolar no Brasil e os seus impactos nas dinâmicas de mobilidade social e inserção de jovens no mercado formal; (ii) aprofundar o entendimento acerca dos traços comuns presentes na construção da experiência escolar nas classes populares; (iii) produzir conhecimento qualitativo - teórico-empírico - capaz de apoiar pesquisas futuras que proponham políticas públicas de redução da desigualdade às classes populares brasileiras; e (iv) discutir como a distribuição de recursos e oportunidades na sociedade brasileira não pode ser plenamente compreendida sem nos atentarmos a conhecer os impactos objetivos das organizações escolares nas trajetórias das classes populares no Brasil.

Se por um lado, tais encaminhamentos de pesquisa podem constituir direções para o surgimento de uma agenda de pesquisa própria da área de Estudos Organizacionais, este presente artigo se endereça a apresentar a distintos agentes da esfera política, organizacional e acadêmica sobre quais são os alguns dos pontos principais de inflexão da construção da experiência escolar no Brasil e os seus reflexos nas dinâmicas de mobilidade social e inserção de jovens no mercado de trabalho formal. Ao serem ressaltadas as peculiaridades que configuram a transição escola-trabalho e a sua relação com a experiência escolar de jovens das classes populares, entendemos que este artigo assume como premissa que as dinâmicas recentes do sistema educacional brasileiro podem nos revelar conhecimentos pertinentes sobre processos de mobilidade social no país.

Por ser um estudo que busca conhecer os principais atores sociais envolvidos na dinâmica escolar e o seu impacto na inserção de jovens das classes populares no mercado formal de trabalho, poderemos não só aprofundar os entendimentos acerca dos traços comuns presentes na construção da experiência escolar nas classes populares, mas também, produzir conhecimento qualitativo capaz de apoiar pesquisas futuras que proponham políticas públicas de redução da desigualdade brasileira. Dessa forma, este projeto produzirá um conhecimento pertinente à realidade social brasileira criando, assim, condições para que possamos repensar o cotidiano do Brasil contemporâneo.

Sobretudo, este artigo se articula com a tentativa de apontar a pertinência do tema desigualdade para se pensar um país com o Brasil. Pesquisas que transitem pelas interfaces de temas como desníveis em inclusão social, políticas públicas, condições habitacionais, renda e educação, podem constatar que a desigualdade brasileira continua como uma de suas maiores marcas. Essa constatação nos mostrará que o tema da desigualdade – o qual está endereçada neste artigo pela dimensão educacional – é um assunto atemporal para se pensar o Brasil contemporâneo e o seu impacto na vida dos brasileiros, de modo que a área de Estudos Organizacionais, ao abraçar esse tipo de debate, somaremos esforços de pesquisa para transformar os termos em que o entendimento sobre a desigualdade e a realidade social brasileira atualmente se coloca. Esperamos, assim, avançarmos no profícuo diálogo entre o conhecimento produzido nos Estudos Organizacionais e os seus esperados impactos no entendimento/enfrentamento das peculiaridades tão marcantes da realidade social brasileira. Essa é, sem dúvida, a principal contribuição que este artigo procura realizar ao apontar para a

área de Estudos Organizacionais, o potencial de contribuição de estudos voltados para o entendimento da construção da experiência escolar nas classes populares, enquanto tema de potencial reflexão sobre as configurações do Brasil contemporâneo e seus impactos na vidas da população brasileira.

## Referências

- Abílio, L. C. (2011). A 'Nova Classe Média' vai ao paraíso? *Anais... I Circuito de Debates Acadêmicos*, Brasília, DF: IPEA.
- Alves-de-Brito, M. M. (2014). *A dependência na origem: desigualdades no sistema educacional brasileiro e a estruturação social das oportunidades*. 270 páginas. Tese de doutorado em Sociologia. Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, USP.
- Astley, W. G. (1985). Administrative science as socially constructed truth. *Administrative Science Quarterly*, 30(4): 497-513.
- Bacha, E., & Schwartzman, S. (2011). *Brasil: a nova agenda social*. Rio de Janeiro: LTC.
- Barros, R. P. de., Henriques, R., & Mendonça, R. (2000). Desigualdade e pobreza no Brasil: a estabilidade inaceitável. In: Henriques, R. (Ed.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA.
- Barros, R., Diekmann, S., Mendonça, R., Ninis, A., Tsukada, R., & Vieira, A. (2011). *A nova classe média brasileira: desafios que representa para a formulação de políticas públicas*. Brasília, DF: Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).
- Bourdieu, P. (1979). *O desencantamento do mundo*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- \_\_\_\_\_. (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus.
- \_\_\_\_\_. (2001). *As estruturas sociais da economia*. São Paulo: Saraiva.
- Breen, R. (2005). *Foundations of a neo-weberian class analysis*. In: Olin-Wright, E. (Org.). *Approaches to class analysis*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Bresser-Pereira, L. C. (1962). The rise of middle class and middle management in Brazil. *Journal of Inter-American Studies*, 4(3): 313-326.
- Caldas, M. P. (2000). Enxugamento de Pessoal no Brasil: podem-se atenuar seus efeitos em empresa e indivíduo? *RAE – Revista de Administração de Empresas*, 40(1), 29-41.
- Caldeira, J. (2009). *História do Brasil com empreendedores*. São Paulo: Mamelluco.
- Castro, J. A. de. (2009). Evolução e desigualdade na educação brasileira. *Educ. Soc.*, Campinas, 30(108): 673-697.
- Comin, A. (2015). Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil: 1960-2010. In: Arretche, M. (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora UNESP (pp. 367-394).
- Cara, D. (2014). Políticas de educação ajudaram a eleger Dilma. Recuperado de: <http://educacao.uol.com.br/colunas/daniel-cara/2014/10/27/politicas-de-educacao-ajudaram-a-eleger-dilma.htm> Acesso em: 27/10/2014.
- CEBR. (2013). Centre for Economics and Business Research. *CEBR World Economic League Table*. Recuperado de <http://www.cebr.com/reports/cebr-world-economic-league-table/>

- CEPAL/OIT. (2012). Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Coyuntura laboral em América Latina y el Caribe*. Recuperado de [http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/cepaloitnov12\\_936.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/cepaloitnov12_936.pdf)
- Corseuil, C. H., Franca, M., & Poloponsky, K. (2015). Trabalho informal entre os jovens brasileiros: considerações sobre a evolução no período 2001-2013. In: *Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas*. Silva, E. R. A., & Botelho, R. U. (orgs.). Brasília: IPEA. (pp. 177-198).
- Cunliffe, A. L. (2011). Crafting qualitative research: Morgan and Smircich 30 years on. *Organizational Research Methods*, 14(4), 647-673.
- Daves, K. (2003). Biography as critical methodology. In: *Biography and Society*. Research Committee 38 of the ISA.
- ELSTAT. (2013). *Hellenic Statistical Authority (El.Stat.) – Labour Force Survey (LFS) monthly*. Recuperado de [http://www.statistics.gr/portal/page/portal/ESYE/PAGE-themes?p\\_param=A0101&r\\_param=SJO02&y\\_param=2013\\_11&mytabs=0](http://www.statistics.gr/portal/page/portal/ESYE/PAGE-themes?p_param=A0101&r_param=SJO02&y_param=2013_11&mytabs=0)
- Erikson, R., Goldthorpe, J., & Portocarrego, L. (1979). Intergenerational class mobility in three western european countries: England, France and Sweden. *The British Journal of Sociology*, 30(4).
- Folha de S.Paulo. (2013). *Renda cresce, mas miséria social persiste*. Recuperado de <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/110994-renda-cresce-mas-miseria-social-persiste.shtml>
- Freitas, M. E., & Dantas, M. (2014). Medos sociais dos brasileiros. *Organizações & Sociedade*, 21(68), 893-910.
- Green, C., Kler, P., & Leeves, G. (2010). Flexible contract workers in inferior jobs: reappraising the evidence. *British Journal of Industrial Relations*, 48(3): 605-629.
- Grimshaw, D. (2011). *What do we know about low wage work and low wage workers? Analysing the definitions, patterns, causes and consequences in international perspective*. Geneva: ILO.
- Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In: Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (eds.) *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Guimarães, N. A. (2009). A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, 85, 151-170.
- Harvey, D. (1992). *The Condition of Postmodernity*. Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers.
- Hasenbalg, C., & Valle Silva, N. D. (2003). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- IBGE. (2015). *Brasil em síntese*. Recuperado de <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/>
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (SNJ – Secretaria Nacional da Juventude). (2014). Inserção dos jovens no mercado de trabalho: evolução e determinantes. *Boletim Juventude Informa*. Brasília, 2. Disponível vem: <http://goo.gl/DbktFk>
- Kalleberg, A. L. (2009). O crescimento do trabalho precário: um desafio global. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(69): 21-31.

- Kerstenetzky, C. L., & Ochoa, C. (2013). “Nova classe média”: alcance, falhas e benefícios de um conceito. In Bartelt, D. D. (Org.). *A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.
- Lahire, B. (1997). *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática.
- Lamounier, B., & Souza, A. (2012). *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. São Paulo, SP: Campus.
- Meneses-Filho, N., & Kirschbaum, C. (2015). Educação e desigualdade no Brasil. In: Arretche, M. (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora UNESP (pp. 109-132).
- Muse, L. (2011). A. Flexibility implementation to a global workforce: a case study of Merck and Company, Inc. *Community. Work & Family*, 14(2): 249-256.
- Neri, M. C., & Considera, C. P. (1996). Crescimento, desigualdade e pobreza: o impacto da estabilização. *Economia Brasileira em Perspectiva*, 1, 49-82.
- \_\_\_\_\_. (2006). Desigualdade, estabilidade e bem-estar social. *Ensaio Econômico*, 637, p. seriada, FGV: Escola de Pós-Graduação em Economia.
- \_\_\_\_\_. (2011). *A nova classe média*. São Paulo: Saraiva.
- OIT. (2013). *Global Employment Trends 2013*. Recuperado de [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_202326.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_202326.pdf)
- OIT. (2015). *Formalizando a juventude informal: experiência inovadoras no Brasil*. Disponível em: <http://goo.gl/XKIV3p>
- PNUD. (2013). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2013*. Recuperado de <http://www.un.org/files/HDR2013%20Report%20Portuguese.pdf>
- Quadros, W. J. de. (2008). *A evolução recente da estrutura social brasileira*. Texto para discussão, IE/UNICAMP, 148, Novembro.
- \_\_\_\_\_, Gimenez, D. M., & Antunes, D. J. N. (2013). Afinal, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000. In Bartelt, D. D. (Org.). *A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.
- Reis, M. (2014). Uma análise das características do primeiro emprego nas regiões metropolitanas do Brasil. In: Corseuil, C. H., & Botelho, R. *Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros*. Brasília: IPEA.
- Ribeiro, C. A. C. (2011). Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. *Dados*, 54(1).
- Ribeiro Neto, A. (2011). *A privatária tucana*. São Paulo: Editora Gerações.
- Rocha, S. (2003). *Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?* Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- SAE. (2013). Secretaria de Assuntos Estratégicos. Governo define que classe média tem renda entre R\$ 291 e R\$ 1.019. Recuperado de <http://www.sae.gov.br/site/?p=17351>
- Sonpar, K., & Golden-biddle, K. (2008). Using content analysis to elaborate adolescent theories of organization. *Organizational Research Methods*, 11(4), 795-814.

- Sorj, B., & Almeida, M. H. T. (1983). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Souza, J. (2006). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- \_\_\_\_\_. (2009). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- \_\_\_\_\_. (2011). A parte de baixo da sociedade brasileira. *Interesse Nacional*, 14: 33-41.
- \_\_\_\_\_. (2012). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- \_\_\_\_\_. (2013). A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo. In Bartelt, D. D. (Org.). *A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.
- \_\_\_\_\_. (2014). A cegueira do debate brasileiros sobre as classes sociais. *Interesse Nacional*, 7(27).
- Tarture, G. L. B. P. (2007). *Tensões e intenções na transição escola-trabalho: um estudo das vivências e percepções de jovens sobre os processos de qualificação profissional e (re)inserção no mercado de trabalho na cidade de São Paulo*. 441 páginas. Tese de doutorado em Sociologia. Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, USP.
- Valle Silva, N., & Souza, A. M. (1986). Um modelo para a análise da estratificação educacional no Brasil. *Cadernos de pesquisa*, 58.
- Vilela, E. M., & Collares, A. C. (2009). Origens e destinos sociais: pode a escola quebrar essa ligação? *Teoria & Sociedade (UFMG)*, 17(2), 62-91.
- Waiselfisz, J. J. (2013). Mapa da violência 2013 - homicídios e juventude no Brasil. Recuperado de [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013\\_homicidios\\_juventude.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf)